

1. NOME DO CURSO

Procedimentos Avançados para Oficiais de Justiça: Técnicas Práticas e Resultados Efetivos.

2. REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso de Pós-Graduação é oferecido pela Escola de Oficiais, inscrita no CNPJ nº 34.053.988/0001-79, em parceria com a Faculdade Educamais – EDUCA+, mantida pelo UNIMUNDI EDUCACIONAL S.A., inscrita no CNPJ nº 48.968.882/0001-00, Instituição de Ensino Superior (IES) regularmente credenciada pelo Ministério da Educação (MEC).

Essa parceria garante a certificação reconhecida pelo MEC, unindo a expertise da Escola de Oficiais na formação de Oficiais de Justiça à estrutura acadêmica e à qualidade educacional da Faculdade Educamais.

3. PÚBLICO-ALVO

Oficiais de Justiça, bacharéis em Direito, advogados e servidores públicos que atuam ou pretendem atuar na área de cumprimento de mandados judiciais e desejam aprimorar seus conhecimentos e habilidades práticas para uma atuação mais eficaz e segura.

4. OBJETIVO GERAL

O curso tem como objetivo capacitar Oficiais de Justiça para uma atuação qualificada e eficiente no cumprimento de mandados judiciais, promovendo a efetividade processual e contribuindo para a melhoria do atendimento do Poder Judiciário à sociedade. Com foco na prática da atividade externa, o curso abrange temas como o uso estratégico de tecnologias, a gestão de conflitos em diligência, a execução civil, os atos coercitivos e a avaliação de bens, desenvolvendo competências técnicas e operacionais que permitem ao Oficial de Justiça atuar com maior segurança, precisão e comprometimento com a prestação jurisdicional célere e eficaz.

5. PRÉ-REQUISITO

- a) Ser portador de certificado de curso superior, reconhecido pelo MEC;
- b) Possuir conta de e-mail capaz de receber mensagens da plataforma do curso e da Escola de Oficiais;
- c) Dispor de acesso satisfatório à internet e conhecimentos básicos do seu uso.

6. DURAÇÃO

O curso será realizado em 12 meses, com carga horária total de 400 horas.

Opcionalmente, o aluno poderá solicitar transferência para uma turma de 6 meses, sem alteração do conteúdo ou da carga horária.

7. MODALIDADE

O curso é ofertado na modalidade Educação a Distância (EAD), por meio de aulas expositivas assíncronas, gravadas previamente e organizadas em ambiente virtual de aprendizagem, o que assegura ampla flexibilidade para o estudo autônomo, permitindo que os discentes acessem os conteúdos conforme sua disponibilidade de tempo e local.

8. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

A verificação do rendimento acadêmico dos discentes será realizada por disciplina, por meio de avaliações objetivas. Para que o aluno seja aprovado, deverá obter nota mínima de 60 pontos em todas as disciplinas.

Ao final do curso, será oferecida ao aluno a opção de elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na forma de artigo científico ou monografia, desenvolvido individualmente sob a supervisão docente.

9. EMENTA

Disciplina 1 – Produtividade nas Diligências: Tecnologia e Comunicação Eletrônica

Estudo e aplicação de ferramentas tecnológicas voltadas à otimização da produtividade nas atividades externas do Oficial de Justiça. Utilização estratégica de recursos digitais como *Google Maps*, *Street View*, GPS e aplicativos de rotas automáticas. Compartilhamento de dados e documentos em nuvem. Pesquisa eletrônica prévia de endereços. Desenvolvimento de habilidades o cumprimento de mandados por meio eletrônico. Análise dos impactos da transição do meio físico para o meio eletrônico.

Disciplina 2 – Gestão de Conflitos em Diligência: A Postura do Oficial de Justiça

Capacitação do Oficial de Justiça para atuação em diligências com foco na prevenção e resolução de conflitos. Fundamentos da comunicação não violenta. Inteligência emocional no exercício da função pública. Identificação de tipos de conflito e suas escalas. Procedimentos de segurança pessoal e institucional. Noções de gerenciamento de crises e atuação em contextos de alta tensão. Reflexão sobre a postura funcional do Oficial de Justiça como agente de pacificação social.

Disciplina 3 – Atos Coercitivos: A Imposição do Estado pelo Oficial de Justiça

Análise teórica e prática dos atos coercitivos atribuídos ao Oficial de Justiça na execução da tutela jurisdicional. Cumprimento de mandados de busca e apreensão, reintegração de posse, penhora, arresto, sequestro, prisão civil e outros atos coercitivos. Fundamentos legais, interpretação normativa e lacunas procedimentais. Postura e comunicação em diligências sensíveis. Avaliação dos riscos e limites da coerção estatal. Discussão de casos concretos e medidas preventivas para assegurar a integridade dos envolvidos. Enfoque interdisciplinar com base no Direito, na ética funcional e na segurança operacional.

Disciplina 4 – Processo de Execução: A Atuação do Oficial de Justiça

Estudo aprofundado da atuação do Oficial de Justiça no processo de execução, com foco na efetivação da tutela jurisdicional. Fases da execução por quantia certa: citação, penhora, avaliação, expropriação e leilão. Procedimentos legais para constrição de bens: nomeação de depositário, registro da penhora, participação do credor. Discussão de temas controvertidos como impenhorabilidade, arresto e intervenção tecnológica. Interfaces com os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e efetividade processual. Desenvolvimento de visão crítica sobre o papel do Oficial de Justiça no processo executivo.

Disciplina 5 – Avaliação pelo Oficial de Justiça: Imóveis Urbanos e Bens Móveis

Capacitação técnica do Oficial de Justiça para a realização de avaliações de bens móveis e imóveis urbanos no cumprimento de mandados judiciais. Análise dos fundamentos legais e normativos da avaliação judicial. Identificação dos bens que demandam avaliação técnica especializada. Estudo dos métodos de avaliação previstos em normas técnicas. Levantamento de dados mercadológicos. Elaboração de laudos e certidões fundamentadas. Procedimentos de vistoria, registro de informações, definição de valores e devolução do mandado. Discussão dos limites da atuação funcional do Oficial de Justiça e critérios para indicação de Perito Judicial.

10. DATAS E PRAZO DA TURMA 2025/2

Disciplina	Início	Término	Entrega das Atividades
1. Produtividade nas Diligências	05/01/2026	04/01/2027	04/01/2027
2. Gestão de Conflitos em Diligência	05/01/2026	04/01/2027	04/01/2027
3. Atos Coercitivos	05/01/2026	04/01/2027	04/01/2027
4. Processo de Execução	05/01/2026	04/01/2027	04/01/2027
5. Avaliação pelo Oficial de Justiça	05/01/2026	04/01/2027	04/01/2027